



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Centro, Varginha – MG
CEP 37002-070, Fone: (35) 3690-2211
Website: www.conselhodesaudevarginha.org



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (20/09/2016)
26 ANOS DA LEI Federal 8.080 de 19/09/1990 - LEI ORGÂNICA DO SUS**

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha, de nº 325, realizada na Câmara de Vereadores, no dia 20 de setembro de 2016, às 19h. **Conselheiros presentes:** Ana Maria Barbosa, Andrea Cristina Silva Maróstica, Célio Ferreira, Cláudio Miranda Souza, Genner Azarias Mendes, Gustavo Miranda Magalhães, José Aluisio Coelho, José Antônio Valério, Judas Tadeus Ladeira, Juviane Silva, Leandro de Paula Sarto, Lúcio Fagundes, Pêdra Gomes, Rosana de Paiva Silva Morais, Rosane Alves Pereira, Silvia de Cássia Pala, Stael Maria Costa e Vinício Felipe Brasil Rocha. **Ausências justificadas:** Elaine Cardoso Chagas, Fernando dos Santos Mesquita, José Luiz Aparecido, Leila da Silva Azevedo, Maria Lucely Souza Ramos, Máriman Silvério de Resende Silva e Patrícia Fátima Bento. Ao iniciar os trabalhos, o presidente Célio informa que a Audiência Pública deste dia ocorre em substituição à Reunião Ordinária, em comemoração aos 26 anos da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), pela publicação da Lei Nº 8.080 de 19/09/1990 e recomendada pelos Conselhos Nacional e Estadual de Saúde. Às 19h15 foi executado o Hino Nacional Brasileiro e o presidente da Câmara de Vereadores, Rômulo Azevedo Ribeiro fez a abertura oficial. Relewa a importância do assunto em pauta e se desculpa por não poder participar integralmente, devido a compromissos assumidos anteriormente. Passa então, a condução dos trabalhos para o presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMSV), Sr. Célio Ferreira. Foi recitada a oração do “Pai Nosso” e posteriormente a leitura da ata da reunião do mês de agosto/2016 (nº 324). Foi Solicitado a retificação do nome da conselheira Rosane Alves Pereira (Trabalhadores de Saúde). A ata foi discutida e aprovada, por unanimidade. O presidente **Célio** fez a leitura da “Carta Compromisso em Defesa do SUS”, que foi encaminhada formalmente aos 04 candidatos a prefeito do município, para que fosse assinada e devolvida ao Conselho, demonstrando assim o compromisso dos mesmos na defesa do SUS; falou da importância da Audiência e da escassez de pessoas neste ato histórico e de tamanha valia. Destaca ainda que não houve a participação de nenhum vereador, demonstrando total falta de interesse; sugere que todos: Gestores, Trabalhadores de Saúde e Usuários em geral, devem atuar firmemente na defesa do Sistema único de Saúde. A palavra foi passada ao Sr. **José Antônio Valério** – (secretário municipal de Saúde); ele destacou que o SUS é jovem em relação a outros sistemas; citou como exemplo o da Itália e falou das Conferências Nacionais de Saúde que influenciaram em muito a construção do SUS e a garantia do direito à Saúde; que o SUS é um patrimônio dos cidadãos. Falou da importância da prevenção da Saúde; do diagnóstico e tratamento; da necessidade de recursos humanos preparados e de mais investimento na Saúde. Mencionou que a tabela do SUS está congelada desde 1996 e da necessidade de maior investimento para atender a todos. Dando

prosseguimento à Audiência Pública, a palavra foi passada ao Sr. **Tarcísio Luiz de Abreu** (superintendente regional de Saúde - SRS/MG). O mesmo inicia sua fala declarando ser a primeira vez que, como superintendente, participa de uma Reunião Plenária Ordinária do CMSV e que trabalha no SUS há 25 anos; citou alguns aspectos da Lei Orgânica do SUS (Nº 8.080/1990), que estabelece o funcionamento do SUS, a dotação de recursos financeiros, a política de recursos humanos e a responsabilidade nos entes federativos. Realça que a lei 8.080 é a “mãe” de todas as leis, no âmbito do SUS, porque contém dois princípios doutrinários fundamentais para funcionamento do SUS, como, a Universalidade e a Integralidade; declara que a Judicialização e a nomeação do atual ministro da saúde Ricardo Barros (devido às suas declarações desastrosas), são uma ameaça ao SUS; por fim encorajou os presentes de que todos nós “que somos apaixonados pelo SUS” devemos lutar bravamente pela não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241/2016), que congela investimentos em Saúde e Educação por 20 anos. Logo a seguir a palavra foi passada ao conselheiro **Cláudio Miranda Souza** (Usuários) – 2º secretário da Mesa Diretora do CMSV e especialista em Gestão Pública Municipal. Em seu pronunciamento, Cláudio destaca que a pauta proposta pelos Conselhos Nacional e Estadual de Saúde para esta reunião é muito importante, pois, as questões nacionais refletem diretamente a nível local; E é proposital que a discussão da PEC 241/2016 no dia do aniversário da Lei 8.080/1990 é o objetivo principal da audiência, pois, se a PEC for aprovada acarretará sérias dificuldades na contratação de recursos humanos na área da Saúde e custeio. Então, é preciso fazer uma discussão bem aprofundada sobre as consequências da aplicação dessa emenda, que excepciona, por exemplo, alguns tipos de fundações onde o Estado poderá criar Dívida Pública para pagamento de bancos. A Atenção Primária será prejudicada. Cláudio afirma duramente que o atual ministro da Saúde, Ricardo Barros, quer destruir a Atenção Primária. O ministro do Desenvolvimento Social Osmar Terra quer destruir o SUAS – (Sistema Único de Assistência Social) e o ministro da Fazenda Henrique Meirelles ataca severamente a previdência e os aposentados; Afirma ainda que o grande problema do município de Varginha e demais municípios, está na organização no Fluxo dos usuários e no Protocolo de Atendimento aos Usuários. Realça que não se deve pensar no usuário enquanto estatística, mas, enquanto pessoa; Faz o seguinte questionamento: “o que fazer para melhorar a qualidade no atendimento dos usuários, sem recursos?” - sugere que se faça uma articulação entre os gestores municipais, estadual e nacional para repensar o processo da Judicialização da Saúde, pois, muito provavelmente isso acontece por causa de vários problemas na porta de entrada da Rede de Saúde e dos fluxos de atendimento. Fala da importância da prevenção à Saúde. Encerra sua participação citando o escritor sul-africano J.M. Coetzee (“Diário de Um Ano Ruim”), que diz: “não interessa ao estado como as pessoas vivem ou morrem. Interessa ao Estado em suas estatísticas se essas pessoas estão vivas ou mortas...”. Na seqüência a palavra foi passada ao conselheiro **Vinício Felipe Brasil Rocha** (Trabalhadores de Saúde) – mestre em Saúde Coletiva pela UNICAMP e especialista em Saúde Pública pela USP. Inicia sua fala declarando sentir grande satisfação em participar da Audiência Pública, pois se vê cercado de pessoas que defendem a Seguridade Social e o Bem Estar Social; Destaca que a lógica que permeia a Reforma Sanitária - 8ª Conferência Nacional de Saúde culminando com a Lei 8.080 é a lógica de um bem-estar social, onde o Estado serve as pessoas através de impostos recebidos; e não se serve das pessoas; Afirma que a lógica do SUS é totalmente contrária ao que vigora hoje no país, onde temos uma carga tributária muito alta, com retorno de serviços mínimos; Declara que precisamos definir qual

Estado nós queremos: Que dá tudo?, Que não dá nada? Ou que atenda as principais demandas da sociedade? É preciso defender um Estado que tenha compromisso com a Educação, Saúde e a Seguridade Social; sugere que é preciso definir uma priorização na aplicação dos recursos; Discorre sobre a Equidade, Integralidade e a Judicialização; Fala da importância de um maior fortalecimento do Conselho de Saúde para lutar por uma Atenção Primária resolutive, com cobertura adequada na lógica da Saúde da Família, atuando na prevenção à Saúde. Encerra sua fala afirmando que a Saúde perpassa pelos determinantes sociais. É preciso pensar a Saúde como integração com outras áreas da Administração Pública, pois, boa gestão, se faz com recurso e com priorização, dentro de uma democracia participativa. Logo a seguir, o presidente Célio, convidou a palestrante do dia, para fazer o seu pronunciamento, a Sra. **Mabelle de Barros Leite Nogueira** (especialista em Políticas e Gestão da Saúde - Técnica do Núcleo de Gestão Regional da Superintendência Regional de Saúde de Varginha). Iniciou sua fala afirmando que o SUS faz parte do dia-a-dia de todos os brasileiros, mas não reconhecido em suas diversas dimensões; Esclarece que a Rede Pública de Saúde atende 75% dos brasileiros, enquanto a Rede Privada atende 25%. Entretanto, 100% dos brasileiros, independente da condição socioeconômica, são beneficiados pelos serviços prestados pelo SUS; Realça que, ao contrário do que pensamos, de que o SUS tem uma história de 26 anos, na realidade teve seu início há mais de 90 anos; Mabelle passou a discorrer sobre o histórico do SUS, apresentando uma linha do tempo com diversos fatos importantes no processo da construção do SUS: **a)** 1923 – instituição das Caixas e Aposentadorias e Pensões – CAP (Lei Elói Chaves); **b)** 1932 – criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões – IAP; **c)** 1953 – criação do Ministério da Saúde (Lei 1.920); **d)** 1963 – realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde, tratando o tema “Municipalização da Saúde”; **e)** 1964 – criação de comissão para reformular o Sistema Previdenciário; **f)** 1965 – criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); **g)** 1977 – criação do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS); **h)** 1982 – implantação do Programa de Ações Integradas em Saúde (PAES), com ênfase na Atenção Primária; **i)** 1986 – realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, onde foi estabelecida a proposta de criação do SUS. Comenta que além de estarmos comemorando os 26 anos da Lei 8.080, deve ser comemorado os 30 anos da proposta de criação do SUS; **j)** 1987 – implantação dos Sistemas Unificados Descentralizados de Saúde (SUDS), com ênfase na Universalização e Equidade; **k)** 1988 – promulgação da Constituição Federal que em seus artigos de 196 a 200, são sessões específicas, tratando das políticas de Saúde; **l)** 1990 – criação da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080) e da Lei 8142, que cria os Conselhos de Saúde; **m)** 1991 – criação da Comissão Inter-Gestores Tripartite (CIT) e da Comissão Inter-Gestores Bipartite (CIB), entre Município, Estado e União; **n)** 1993 a 1996 – instituição das Normas Operacionais Básica (NOB); **o)** 2001 a 2002 – Normas Operacionais da Assistência à Saúde (NOAS), que trata da regionalização e da Atenção Básica como responsabilidade do município; **p)** 2006 – instituição do Pacto pela Saúde, pela Vida, gestão e em Defesa do SUS; **q)** 2010 – publicação do Decreto Federal 7508, que regulamenta a Lei Orgânica do SUS (8.080); **r)** 2012 – publicação da Lei Complementar 141/2012, que define, entre outras questões, o financiamento mínimo em Saúde para municípios (15%) e estados (12%). Mabelle ressalta que o SUS não nasceu em um gabinete, mas através da participação popular e a questão do direito à Saúde surgiu, sobretudo, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, onde foi travada uma luta pela universalização da Saúde, tendo a participação de diversos atores; apresentou Relatório da ONU onde demonstra que houve no Brasil, nos últimos

anos, uma redução da mortalidade infantil, onde o SUS teve presença determinante e que a expectativa de vida aumentou em 11 anos. Discorreu ainda sobre a Judicialização, destacando que a questão teve seu início na década de 90, com a reivindicação do fornecimento de drogas contra o HIV. Encerrando sua fala, Mabelle deixa a seguinte reflexão: **“Lute por mim! Eu sou mantido com seus impostos! Se ligue no controle social dos Conselhos de Saúde...”** (SUS). Logo a seguir o presidente Célio solicita que a secretária Stael conste em ata os seguintes repúdios: **a)** Ausência dos 04 candidatos a prefeito nesta reunião, sendo que os mesmos foram convidados formalmente; **b)** Ausência dos diretores da Fundação Hospitalar do Município (FHOMUV), Sr. Luis Fernando Alfredo e Aniel Pereira Braga do Hospital Regional do Sul de Minas, também convidados formalmente, sem apresentação de justificativa; **c)** A não apresentação do Relatório Anual de Gestão (RAG), cujo prazo seria no mês de março/2016 e cobra do secretário de Saúde, José Antônio Valério e à Sra. Ana Maria Barbosa (chefe do Depto de Políticas e Ações de Saúde) - presentes à reunião, que o relatório seja apresentado na próxima Reunião Plenária Ordinária do dia 18/10/2016. Informa que ainda este ano terá como pauta de uma das reuniões ordinárias o Programa de Atenção Domiciliar e Internação (PADI). A seguir abre o debate onde se inscreveram: a psicanalista e Articuladora de Saúde Mental, **Valdene Amâncio**; destaca em sua fala que a reforma psiquiátrica foi estabelecida dentro da trajetória de criação do SUS e denuncia a aplicação de recurso do SUS no Setor Privado em Comunidades Terapêuticas. O conselheiro **Judas Tadeu Ladeira** (Usuários) discorre sobre Saúde e Meio Ambiente. A conselheira **Stael Maria Costa** (Trabalhadores de Saúde) discorre sobre a reorganização da Assistência Farmacêutica e da capacitação dos profissionais da área para a resolução nos processos da Judicialização. A conselheira **Rosana de Paiva Silva Morais** (Gestores) – chefe da Divisão de Urgências Médicas da UPA (Unidade de Pronto Atendimento), destaca a importância do trabalho em rede e a unidade de todos os servidores na prestação de um serviço de excelência, em todos os setores da Saúde e a fixação confiante dos usuários na Atenção Básica, objetivando desafogar a UPA. Falou ainda da integração entre a UPA e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). A usuária **Marli Juçara Justino Fais** - estudante do 8º período do curso de Serviço Social da UNINCOR, a pedido da coordenadora do curso, declara estar presente à reunião do CMSV, a fim de obter informações para compartilhamento posterior em sala de aula, com demais alunos; tece elogios ao CMSV pela realização da Audiência Pública em Defesa do SUS. Encerrando os trabalhos, o presidente define como tema da próxima Reunião Plenária Ordinária de outubro a pauta: Relatório Anual de Gestão (RAG 2015). Agradece a presença de todos e declara **“vida longa ao SUS”**. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião encerrou-se às 21h30 e eu, Stael Maria Costa (1ª secretária do CMSV), lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e demais conselheiros, após lida, discutida e aprovada.